

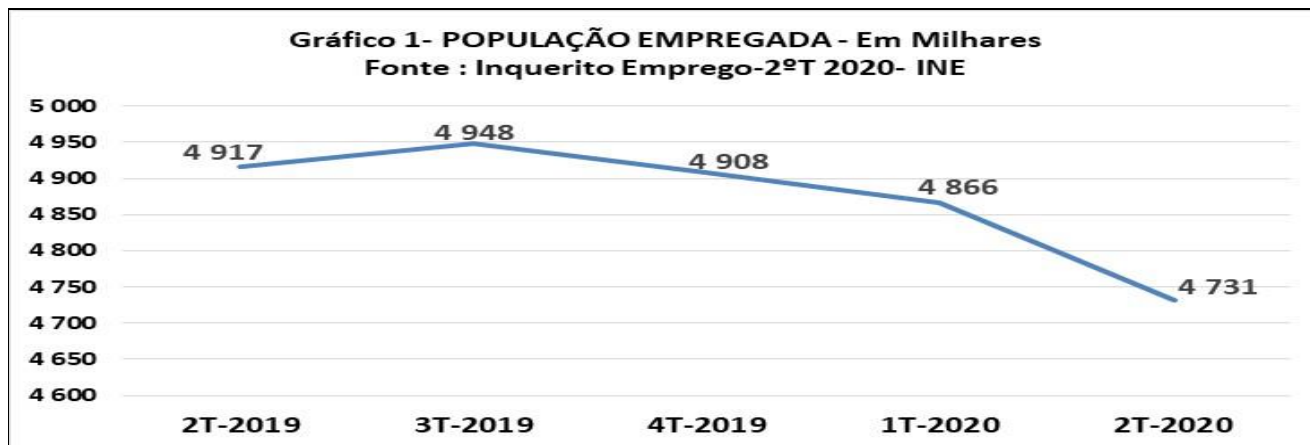
Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A QUEBRA SIGNIFICATIVA DO EMPREGO E DA RIQUEZA CRIADA NO PAÍS (PIB), A DESORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA CAUSADA PELO TELETRABALHO E PELO “LAY-OFF”, A DIMINUIÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS DO DESEMPREGO QUE ENGANAM

Conhecer a situação da economia e seus efeitos sociais não é menos importante que conhecer a situação epidemiológica pois tanto uma como outra causam mortes (*mesmo deduzindo os óbitos causados pelo COVID 19, o total de mortes está acima da média dos 13 últimos anos, há 1405 mortes a mais segundo o INSA*). Encontrar o equilíbrio entre defesa da saúde e a defesa da economia é o desafio mais importante que se coloca aos portugueses e que tarde ou cedo todos acabarão por compreender. Até porque teremos de aprender a viver e sobreviver durante muito tempo com o “coronavírus” pois não sabemos quando a crise de saúde terminará. Por isso é necessária informação objetiva e equilibrada sobre ambas situações. Neste estudo analisa-se a situação da economia e seus efeitos sociais.

NO 2º TRIMESTRE DE 2020 FORAM DESTRUÍDOS 135.000 EMPREGOS, OU SEJA, EM MÉDIA 1.500 EMPREGOS POR DIA, MAS O “DESEMPREGO OFICIAL” DO INE DIMINUIU EM 69.700: um “milagre” que não é real

O gráfico 1 mostra a variação do emprego em Portugal no período entre 2º trimestre de 2019 e o 2º Trimestre de 2020 (os dados são do Inquérito trimestral ao Emprego do INE e não da estimativa mensal do INE)



Num trimestre apenas (*entre o 1º Trim.2020 e o 2º Trim.2020*) foram destruídos no nosso país 135.000 empregos, pois a população empregada neste período diminuiu de 4,866 milhões para 4,731 milhões. Mas segundo o “*Inquérito ao Emprego, 2º Trim.2020 do INE*”, a população desempregada diminuiu de 348,1 mil para 278,4 mil, ou seja, em 69.700 (*tenha-se presente que são valores médios de cada trimestre, e não do último mês do trimestre*). É um verdadeiro “milagre” realizado pelo INE. São destruídos 135.000 postos de trabalho e, portanto, 135.000 perdem o emprego. No entanto, o “desemprego oficial” calculado pelo INE, no lugar de aumentar nesse período até diminuiu em 69.700. A ocultação da realidade é tão grosseira que é evidente que a metodologia utilizada pelo INE para determinar o número de desempregados não permite conhecer a realidade do desemprego no nosso país. Estes dados do INE não traduzem a realidade.

Qual é a “*engenharia*” utilizada pelo INE para reduzir o “desemprego oficial”, e assim ocultar a verdadeira e dramática situação do “desemprego real” em Portugal? É considerar como não desempregado todos os trabalhadores desempregados que não procuraram emprego no período em que foi realizado o inquérito (os que o INE designa por “*inativos disponíveis*”). E estes, entre o 1º Trimestre e o 2º Trimestre de 2020 aumentaram de 166,4 mil para 312,1 mil, ou seja, em +87,6%. Se adicionarmos os *inativos disponíveis* ao desemprego oficial, obtemos, para o 1º Trim.2020, 514.500 desempregados, e, para o 2º Trim.2020, 590,5 mil (+76.000), portanto um “desemprego real” muito superior ao “desemprego oficial” do INE, mas a subida é ainda inferior à destruição de emprego registada neste período. Os dados do INE também não explicam esta discrepância. Se no lugar de compararmos dados trimestrais compararmos os valores de 31 de março com os de 30 de jun.2020, as conclusões são muito mais graves. Segundo *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego do INE de jun2020*, entre Mar.2020 e jun.2020, a população empregada diminuiu de 4,812 milhões para 4,658 milhões (-154,5 mil), enquanto o *desemprego oficial* aumentou de 317,2 mil para 350,9 mil (+ 33,7 mil), mas o *desemprego real* subiu de 497,2 mil para 632,5 mil (+135,3 mil).

Para se poder ficar com uma ideia da situação dramática que enfrentam já os trabalhadores que perderam o emprego, interessa dizer que, segundo as Estatísticas da Segurança Social, o número de desempregados a receber subsídio de desemprego, em Março de 2020, era de 173.815, em junho de 2020 aumentou para 221.701 (apenas +47.886), sendo o subsídio médio de desemprego pago a estes desempregados apenas 504,65€. Em junho de 2020, 410.799 desempregados não recebiam subsídio de desemprego

A REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E DA RIQUEZA CRIADA NO PAÍS

No 2º Trimestre de 2020, registou-se uma quebra muito significativa da riqueza criada no país (PIB) mas também se verificou nesse período uma redução muito grande da produtividade por empregado, ou melhor, daqueles que nas estatísticas oficiais do INE são considerados como estando empregados. O quadro 1, mostra precisamente essa realidade duplamente grave.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Quadro 1- PIB (riqueza criada) trimestral, população empregada e produtividade aparente por empregados - 1º Trim. 2019 a 2º Trimestre de 2020 - dados INE

PERÍODO	PIB trimestral Milhões € a preços constantes	Varição trimestral em cadeia da riqueza criada no país (PIB)	População empregada Milhares	PIB trimestral por empregado (produtividade aparente do trabalho) - a preços constantes	Varição da produtividade trimestral por empregado em cadeia (trimestre anterior)	Varição da produtividade trimestral por empregado em relação ao período homologo do ano anterior
1º Trim.2019	50 259		4 866	10 329 €		
2º Trim.2019	50 506	0,5%	4 917	10 272 €	-0,5%	
3º Trim.2019	50 638	0,3%	4 948	10 234 €	-0,4%	
4º Trim.2019	51 006	0,7%	4 908	10 393 €	1,6%	
1º Trim.2020	49 090	-3,8%	4 866	10 089 €	-2,9%	-2,3%
2º Trim.2020	42 169	-14,1%	4 731	8 913 €	-11,7%	-13,2%

FONTE : Contas Nacionais, Inquerito ao emprego 1º e 2º Trim.2020 - INE

Os dados divulgados trimestralmente pelo INE revelam uma redução em volume (*preços constantes*) da riqueza criada no país (PIB) a partir do 4º trim.2019 crescentemente acentuada. Por ex. no 2º Trim.2020, a riqueza criada neste trimestre (42.169 milhões €) é inferior em 8.837 milhões € (-17,3%) ao PIB do 4º Trim.2019 (51.006 milhões €). Mas há outro lado desta questão que tem sido ignorada. E ela é a seguinte. Apesar do emprego ter diminuído significativamente desde o início da crise, a produtividade daqueles que continuaram empregados diminuiu também e muito. Por ex., se compararmos o PIB por empregado do 4º Trim.2019 com o de 2º Trim.2020 conclui-se que a produtividade por empregado (*daqueles que mantiveram o emprego*) diminuiu 14,2% (*pois passou de 10.393€ por trimestre e por empregado para apenas 8.913€ por empregado e por trimestre*). E sem aumento da riqueza criada por trabalhador e sem uma mais justa repartição da riqueza criada, cabendo ao “Trabalho” uma parcela mais significativa que a atual, não é possível o desenvolvimento do país.

**A DESORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA CAUSADA PELO TELETRABALHO E PELO “LAY-OFF”
CONSEQUÊNCIA DA CRISE PROVOCADA PELO “CORONAVIRUS” E PELA FALTA DE UMA COMUNICAÇÃO
RESPONSÁVEL E EQUILIBRADA, DE PLANEAMENTO E DE MEDIDAS ADEQUADAS À NOVA REALIDADE**

O quadro 2, construído com dados divulgados pelo INE em 5/8/2020 na publicação “*Trabalho a partir de casa devido à pandemia abrangeu um milhão de pessoas - 2.º Trimestre de 2020*” mostra a dimensão do teletrabalho e a forma desorganizada e apressada como ele foi implementado (*não havia outra solução no início*).

Quadro 2 - População empregada que trabalhou sempre ou quase sempre em casa na semana de referência e nas três anteriores segundo razão devida à COVID-19 ou não - 2º Trimestre de 2020

Variáveis de caracterização	Total	O trabalho em casa foi devido à COVID-19	Já trabalhava em casa ou foi devido a outra razão	Total	O trabalho em casa foi devido à COVID-19	Já trabalhava em casa ou foi devido a outra razão
	Milhares de pessoas			Em %		
Total	1 094,4	998,5	95,8	100%	91,2%	8,8%
Utilizou as TIC Teletrabalho	1 038,0	972,3	65,7	100%	93,7%	6,3%

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego “Trabalho a partir de casa”.

Segundo o INE, no 2º Trimestre de 2020, 1.094.000 de empregados desenvolveram a sua atividade em casa, e destes 1.038.000 utilizaram das TIC (teletrabalho). No entanto, apenas 6,3% destes (65.700) é que já utilizavam antes da crise e, conseqüentemente, as respetivas entidades e trabalhadores tinham experiência desta forma de trabalho. 972.300 (93,7% do total) não trabalhavam em teletrabalho. Foram compelidos a isso, sem que as entidades e eles próprios tivessem qualquer experiência nessa forma e organização de trabalho, devido à pandemia do COVID 19. As conseqüências a nível económico eram inevitáveis, nomeadamente a nível de produtividade, como efetivamente aconteceu. Isto apesar, segundo o INE, das horas trabalhadas da população empregada que “*trabalhou sempre ou quase sempre em casa*” ser 33 horas, e em relação àqueles que “*não trabalhou em casa ou não trabalhou sempre ou quase sempre em casa*” ser de 25 horas. Mas em muitos casos aquelas 33 horas eram as horas de computador ligado, smartphone, correio eletrónico, telefone ou de estar disponível, e muitas vezes nem isso aconteceu. Para além disso, a maioria das entidades, incluindo as Administrações Públicas, não possuíam meios nem organização para acompanhar, apoiar e orientar os trabalhadores em teletrabalho. A juntar a isto, muitos trabalhadores estavam em casa, em teletrabalho, a tomar conta e a apoiar os filhos (*tiveram de ser professores dos seus filhos*). As conseqüências a nível de queda de produtividade eram inevitáveis.

643.800 EMPREGADOS NÃO DESENVOLVERAM QUALQUER ATIVIDADE

Para além dos empregados que desenvolveram a sua atividade em teletrabalho nas condições referidas, ainda há muitos mais que, apesar de serem considerados empregados, e por isso não constam dos números do desemprego oficial do INE, não produziram nada.

Quadro 3- População empregada que não trabalhou na semana de referência e nas três anteriores segundo razão devida à COVID-19 - 2º Trimestre de 2020

Variáveis de caracterização	Total	Não trabalhou devido à COVID-19	Não trabalhou devido a outra razão	Total	Não trabalhou devido à COVID-19	Não trabalhou devido a outra razão
	Milhares de pessoas			Em %		
Total	643,8	491,5	152,3	100%	76,3%	23,7%

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego "Trabalho a partir de casa".

Segundo o INE, 643.500 empregados não desenvolveram qualquer atividade, apesar de serem considerados empregados. Deste total, 419.500, ou seja, 76,3% foi devido ao COVID 19, os restantes – 152.300 – não trabalharam também, portanto não produziram também riqueza, mas o INE não deu qualquer explicação. E tudo isto teve consequências drásticas na redução da riqueza produzida no país

O VOLUME DE RIQUEZA QUE NÃO FOI CRIADA PELOS 643.800 EMPREGADOS QUE NÃO DESENVOLVERAM QUALQUER ATIVIDADE DEVIDO AO COVID 19 OU POR OUTRAS RAZÕES

Estes 643.800 trabalhadores que não produziram nenhuma riqueza segundo o INE, se tivessem produzido teriam acrescentado à riqueza produzida no último trimestre mais 5.738 milhões €, o que corresponde a 13,6%. Se tal situação se multiplicar durante quatro trimestres, o país terá perdido riqueza correspondente a 22.952 milhões € a preços constantes, pois se for calculado a preços correntes o montante será muito maior. Se juntarmos a baixa de produtividade da esmagadora maioria dos trabalhadores que foram “empurrados” para o teletrabalho sem eles e as respetivas entidades estarem preparadas e organizadas para esta forma de trabalho é fácil de concluir que nenhum país se aguenta assim durante muito tempo sem consequências económicas, sociais e de saúde graves (e aqui não estamos a referir às do COVID 19). É urgente pensar e organizar o futuro sem medo, mas com segurança pois, caso contrário, o retorno será muito mais difícil e muito mais demorado. E seja qual for o caminho que se escolher, não há nenhuma via sem riscos.

O AUMENTO RAPIDO DO DÉFICE ORÇAMENTAL E DA DIVIDA DO ESTADO QUE TERÃO DE SER PAGOS PELOS PORTUGUESES

O quadro 4, com os últimos dados divulgados pela Direção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças sobre a execução orçamental do 1º semestre de 2020, mostra de uma forma clara a profunda deterioração das contas das Administrações Públicas, incluindo a Segurança Social.

Quadro 4 - Saldos da execução orçamental das Administrações referente ao período jan./jun.2020

Período: janeiro a junho		SALDO GLOBAL- Milhões €	
ENTIDADES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS		2019	2020
Administração Central e Segurança Social		-1 177	-7 117
Administração Central (AC)		-3 318	-7 469
Subsetor Estado / Serviços integrados		-4 564	-7 942
Serviços e Fundos Autónomos		1 246	473
Segurança Social		2 141	352
Administração Regional		-151	-145
Administração Local		674	486
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - SALDO GLOBAL TOTAL		-654	-6 776

FONTE: Informação Estatística - Síntese de Execução Orçamental - junho de 2020 - DGO - Ministério das Finanças

O **saldo global negativo** das contas de todas as Administrações Públicas do período janeiro a junho de 2020, quando comparado com o de idêntico período de 2019, aumentou mais de 10 vezes, pois passou, entre 2019 e 2020, de -654 milhões € para -6776 milhões €. A própria Segurança Social que apresentava sempre elevados saldos positivos, viu o seu saldo das contas do 1º semestre de 2020 corresponder apenas a 16,4% (1/6) do de 2019 referente a idêntico período. Embora sejam valores em contabilidade pública, no entanto já são um claro indicador da forte deterioração das contas públicas que deve preocupar todos os portugueses pois são eles que acabarão por pagar com uma forte política de austeridade que afeta fundamentalmente as classes da população com rendimentos mais baixos, nomeadamente trabalhadores, pensionistas e micro e pequenos empresários.

Finalmente é importante ainda referir o aumento significativo da dívida pública o que confirma a degradação enorme da situação. Segundo o Banco de Portugal, entre dez.2019 e mai.2020, a Dívida Pública aumentou de 310.349 milhões € para 326.659 milhões € (+16.310 milhões €). Um crescimento rápido que deve merecer também reflexão.

Eugénio Rosa – 14-8-2020 – edr2@netcabo.pt